



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2023



1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, criado pela [Lei nº 12.378/2010](#) tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regimento Interno, [Resolução CAU/BR nº 139/2017](#). A Entidade goza de imunidade tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

A sede do CAU/BR está localizada no Setor de Edifícios Públicos Sul – (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º andar – Edifício General Alencastro – Asa Sul – Brasília/DF.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117 DE 28/10/2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119 de 04/11/2021, e Portaria STN nº 1.131 de 04/11/2021, 9ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Apropriações mensais para férias e 13º salário de empregados;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para passivos judiciais, sempre que constituídas; e
- Controle dos itens de almoxarifado.



2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Para este documento, os valores sofreram arredondamento no intuito de suprimir os dados decimais, simplificando a apresentação dos dados.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (**Nota explicativa 3.3**) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (**Nota 3.7**). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato, conforme disposto na **nota 5**.



3.2. Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente, conforme apresentado na **nota 8**.

3.3. Imobilizado e Intangível

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação/amortização acumulada. O procedimento de reavaliação dos bens, quando aplicável, será realizado no próximo exercício.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/BR segue o Manual de Orientação Contábil do CAU - 2ª edição, atualizado em 2023 e expedido pelo próprio CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais e estão detalhados nas **notas 9, 10 e 11**.

Todos os bens imobilizados e intangíveis, encontram-se registrados em sistema informatizado SISPAT.NET.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Tipo do Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	20%	10%
Instalações	10%	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	20%	10%
Veículos	12,50%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	10%



Tipo do Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Biblioteca	10%	-
Sistemas de Informática - Softwares	10%	10%

3.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



3.7. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião da Assessoria Jurídica do CAU/BR. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na **nota 16**.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU BR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2023.

Base de mensuração - O CAU BR adota o Manual de Orientações Contábeis do CAU de 2023 expedido pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis, conforme **nota 16.1**.



3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



3.11. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64.

3.12. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

**a) Risco de Crédito:**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme **Notas 5 e 6**.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados em instituição financeira confiável, cujos prazos de vencimento são de curto prazo.

**b) Risco de mercado:**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos vinculados a títulos públicos, com insignificante margem de alteração.

**c) Risco de liquidez:**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2023
Bancos c/ Movimento	9.442	4.470
Aplicações financeiras	61.010.733	60.880.116
Total	61.020.175	60.884.586

As aplicações financeiras estão representadas em fundos específicos para o Setor Público, emitidos e compromissados por instituição financeira confiável, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. DEVEDORES DA ENTIDADE

	2022	2023
Devedores diversos	3.240	-
Adiantamento de férias	141.650	46.619
Caução aluguel	370.131	449.538
CAU/UF diversos	-	1.580.650
Total	515.021	2.076.807

6.1 - Adiantamento de férias refere-se ao direito que o colaborador tem de receber o salário antecipado relativo aos dias de descanso. O saldo maior no fim de 2022 representa o adiantamento a 17 funcionários que usufruíram de férias na primeira semana de janeiro de 2023 e o pagamento foi adiantado em 2022. No mesmo período de 2023, foram realizados 6 adiantamentos.



7. DEPÓSITO JUDICIAL

	2022	2023
Devedores diversos	19.887	19.887
Adiantamento de férias	958	958
Total	20.845	20.845

8. ESTOQUES

	2022	2023
Material de consumo	44.504	45.233
Total	44.504	45.233

8.1 - A gestão de estoque dos materiais de consumo do CAU/BR é realizada por meio do sistema SIALM.NET da contratada Implanta Informática LTDA. No sistema é possível gerar relatório das movimentações de entrada e saída e os itens são classificados em Materiais de informática; Material de copa e cozinha; Gêneros alimentação; Materiais elétricos e de telefonia; Material de expediente e Materiais de limpeza e produtos de higiene.



9. IMOBILIZADO

A Entidade acompanha mensalmente os saldos patrimoniais. A movimentação do ativo imobilizado aconteceu da seguinte forma:

Movimentação do ativo imobilizado:

Tipo de Bem	31.12.2022	Aquisições	Baixas	31.12.2023	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido Imobilizado
Móveis e Utensílios	780.864	-	-	780.864	(575.523)	205.341
Máquinas e Equipamentos	324.937	4.554	-	329.491	(249.228)	80.263
Instalações	21.800	-	-	21.800	(17.723)	4.077
Utensílios de Copa e Cozinha	13.970	-	-	13.970	(11.483)	2.487
Veículos	143.007	-	-	143.007	(126.577)	16.430
Equipamentos de Proc. de Dados	1.227.357	353.660	-	1.581.017	(1.007.040)	573.977
Biblioteca	21.810	-	-	21.810	(14.147)	7.663
Obras em Andamento	1.629.981	-	-	1.629.981	-	1.629.981
Total	4.163.726	358.214		4.521.940	(2.001.721)	2.520.219



10. INTANGÍVEL

A composição do Intangível do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2023 é de R\$ 20.512.555 (vinte milhões, quinhentos e doze mil e quinhentos cinquenta e cinco reais), composto da seguinte forma:

Movimento do Ativo Intangível:

Tipo de Bem	31.12.2022	Aquisições	Baixas	31.12.2023	Amortização Acumulada (Softwares)	Saldo Líquido Intangível
Sistema de Proc. de Dados	4.328.819	6.790	-	4.335.609		
Serviço de Desenv. de Sistema	14.129.710	2.047.236	-	16.176.945	(8.319.378)	
Total	18.458.529	2.054.026	-	20.512.555	(8.319.378)	12.193.77

10.1 - O sistema informatizado que gere todo o cadastro e acompanhamento dos arquitetos e empresas de arquitetura vinculados ao CAU/BR, SICCAU, é de propriedade do Conselho como Ativo Intangível. Todas as demandas evolutivas do sistema operadas pela contratada Squadra Tecnologia S/A são tratadas como despesas de capital, integrando o saldo de Serviços de Desenvolvimento de Sistemas.

11. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Os valores de depreciação e Amortização registrados, em 31/12/2023, estão assim discriminados:

a) Saldo da Depreciação do Imobilizado até 31/12/2023	➡	R\$ 2.001.721
b) Saldo da Amortização de Intangíveis até 31/12/2023	➡	R\$ 8.319.378
c) Total depreciado e amortizado até 31/12/2023	➡	R\$ 10.321.099



12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

	2022	2023
Fornecedores diversos - Valid Soluções	315.745	-
Restos a Pagar Processados	3.921.740	3.637.448
Total	4.237.485	3.637.448

O valor de Fornecedores Diversos - Valid Soluções, foi glosado, conforme mencionado nos itens e subitens do Acórdão nº 1.460/2022 do TCU, onde fica estabelecida a aplicação de GLOSA, conforme previsão do artigo 79, inciso I, cumulado com o artigo 80, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e legislação correlata.

O valor do saldo representa o total escriturado apenas como Restos a Pagar Processados do exercício de 2023 em 31/12/2023 no montante de R\$ 3.637.448 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais). O valor inicial escriturado na conta Fornecedores Diversos - Valid Soluções foi pago em 04/05/2023, conforme solicitação do Gerente do CSC no Despacho SEI nº 0031636 e com base na decisão do TCU publicada no Ofício 15930/2023-TCU/Seprac de 13/04/2023.

13. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES

	2022	2023
Fundo de Apoio aos CAU/UF	1.499.092	669.566
Total	1.499.092	669.566

O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações de Repartições a Outros Entes em 31/12/2023 é de R\$ 669.566 (seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos e sessenta e seis reais).



A redução do saldo do Fundo de Apoio se deu pelas ações implementadas pelo Colegiado do Fundo, registradas nas Propostas Nº 2/2023 e 3/2023, onde se decidiu pelo custeio de participação dos CAUUF Básicos em eventos específicos e pela redução do aporte destes CAUUF ao fundo no ano de 2023.

13.1 - O Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF criado pelo CAU BR, consolidado pela **Resolução CAU BR nº 119 de 19/08/2016**, nos termos previstos no Art. 60 da **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. O objetivo do Fundo de Apoio é equilibrar as receitas e despesas dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) cuja arrecadação seja insuficiente para a implementação de suas atividades operacionais e manutenção de suas estruturas administrativas.

14. APROPRIAÇÕES MENSAS DE FÉRIAS, INSS, FGTS E PIS

Está registrado na contabilidade na conta de Apropriações mensais da folha em 31/12/2023, o valor de R\$ 2.491.140 (dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, cento e quarenta reais), cuja composição é a seguinte:

	2022	2023
Férias	1.908.919	2.181.352
INSS s/ Férias	410.418	468.991
FGTS s/ Férias	152.714	174.507
PIS s/ Férias	19.089	22.898
Total	2.491.140	2.181.352



15. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

	2022	2023
INSS	11.383	5.867
IRPJ/PIS/COFINS/CSLL	-	256.627
ISS	-	31.039
IRRF	225.243	577.060
SINDECOF	-	-
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BB	-	-
Total	236.626	870.592
Caução BB - Poupança Ata Contabilidade	10.532	-
Caução BB - FATTO Consultoria e Sistemas	3.671	3.974
Caução BB - L ASSESSORIA CONTABIL LTDA	1.485	1.607
Total (b)	15.688	5.580
Total Geral	252.314	876.174



16. PROVISÕES A LONGO PRAZO

O CAU BR é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, estão assim representadas:

	2022	2023
Provisões para ações cíveis a longo prazo	182.601	454.322
Total	182.601	454.322

a) Provisões para Ações Cíveis a Longo Prazo:

Estão registrados, pelo valor de R\$ 454.322 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais) diversas ações ordinárias, mandados de segurança, ações cíveis públicas, entre outros, contra o CAU/BR e demais réus (valor de perda efetiva ou estimada).

16.1. NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As respectivas provisões para riscos judiciais foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

O Conselho possui ações que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Assessoria Jurídica como possível. Até 31 de dezembro de 2023, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 7 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Em 31/12/2023	2022	2023
Processos Trabalhistas	3	332.353
Processos Cíveis	10	457.609
Total	13	789.962

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2023
Superávit ou Déficit do Exercício	10.742.858	2.251.073
Superávit ou Déficit Acumulados de Exercícios Anteriores	56.258.889	67.001.747
Patrimônio Líquido	67.001.747	69.252.820

Até o Exercício de 2023, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou um Superávit Acumulado no valor de R\$ 69.252.820 (sessenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais).

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de R\$ 2.251.073 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setenta e três reais), correspondente ao superávit patrimonial do exercício de 2023.

18. PARTES RELACIONADAS

A entidade em 31 de dezembro de 2023 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, portanto não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/BR, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.



19. RESULTADO PATRIMONIAL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR apresentou no exercício de 2023 um Superávit Patrimonial no valor de **R\$ 2.251.073** (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setenta e três reais). A composição do Superávit Patrimonial em 2023 foi a seguinte:

Resultado Patrimonial 2023

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	➔	R\$ 67.599.494
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	➔	R\$ (65.348.421)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/23	➔	R\$ 2.251.073

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2023 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

Resultado Patrimonial 2022

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	➔	R\$ 63.724.331
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	➔	R\$ (52.981.473)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/22	➔	R\$10.742.858

20. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2022 foi um Superávit de **R\$ 10.235.679** (dez milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e setenta e nove reais), conforme demonstração abaixo:

Resultado Orçamentário 2023

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/23	➔	R\$ 65.809.097
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/23	➔	R\$ (65.546.284)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/23	➔	R\$ 262.813



Resultado Orçamentário 2022

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/22	→	R\$ 63.583.077
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/22	→	R\$ (53.347.398)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/22	→	R\$ 10.235.679

O Superávit Orçamentário de 2022 teve uma **redução** no valor de **R\$ 9.972.866** (nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais) em relação ao exercício de 2022.

21. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/23 é um Superávit no valor de **R\$ 51.337.839** (cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2023, conforme demonstramos:

Superávit Financeiro 2023

(+) Ativo Financeiro		
a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/23	→	R\$ 60.884.785
(-) Passivo Financeiro		
b. (-) Passivo Circulante em 31/12/23	→	R\$ (8.034.890)
c. (-) Restos a Pagar Não Processados–2022	→	R\$ (104.539)
d. (-) Restos a Pagar Não Processados–2023	→	R\$ (1.407.517)
(=) Superávit Financeiro em 31/12/23	→	R\$ 51.337.839

Superávit Financeiro 2022

(+) Ativo Financeiro		
a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/22	→	R\$ 61.020.373
(-) Passivo Financeiro		
b. (-) Passivo Circulante em 31/12/22	→	R\$ (8.482.040)
c. (-) Restos a Pagar Não Processados–2021	→	R\$ (156.430)
d. (-) Restos a Pagar Não Processados–2022	→	R\$ (1.396.440)
(=) Superávit Financeiro em 31/12/23	→	R\$ 50.985.462

O Superávit Financeiro de 2023 teve acréscimo no valor de **R\$ 352.377** (trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais) em relação ao exercício de 2022, correspondente a 0,69% maior do que no ano anterior.



22. FLUXO DE CAIXA

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2023 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	→	R\$ 65.809.097
Ingressos Extraorçamentários	→	R\$ 29.171.767
Total de Ingressos	→	R\$ 94.980.864

Desembolsos

Despesa Corrente	→	R\$ 58.170.711
Desembolsos Extraorçamentários	→	R\$ 34.615.134
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos)	→	R\$ 2.330.608
Total Desembolsos	→	R\$ 95.116.453

Apuração do Fluxo de Caixa no Período → **(R\$ 135.589)**

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2022 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	→	R\$ 63.583.077
Ingressos Extraorçamentários	→	R\$ 25.155.334
Total de Ingressos	→	R\$ 88.738.411

Desembolsos

Despesa Corrente	→	R\$ 46.391.375
Desembolsos Extraorçamentários	→	R\$ 31.171.786
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos)	→	R\$ 1.322.099
Total Desembolsos	→	R\$ 78.885.260

Apuração do Fluxo de Caixa no Período → **R\$ 9.853.151**

O Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes no exercício de 2023, após o confronto entre ingressos e desembolsos foi uma redução de **R\$ 135.589** (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais).



23. SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

As coberturas de seguros vigentes em 31/12/2023 são:

- a) Porto Seguro Seguros: incêndio, roubo e colisão aos três veículos do CAUBR:
- RENAULT FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0
 - FIAT GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4 FLEX
 - FIAT GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4 FLEX

24. CRÉDITOS DE ANUIDADES A RECEBER

O controle de créditos de anuidades a receber é feito através do Sistema SICCAU, desenvolvido e administrado pelo CAUBR, onde consta os registros de todos os arquitetos inscritos no sistema CAU. Somente os CAUs/UF contabilizam os créditos de anuidades a receber, sendo que atualmente reconhecem em balanço 100% dos valores apurados. Apenas os Conselhos Regionais estão obrigados a fazer a provisão de Créditos a Receber, uma vez que compete aos mesmos a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.

No relatório Siccau de 31/12/2023, os valores a receber de anuidades de Profissionais e Empresas de todos os CAU/UFs do Período de 2012 a 2023 são: **R\$ 159.150.946** (cento e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e quarenta e seis reais) e **R\$ 65.937.911** (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, novecentos e onze reais), respectivamente, totalizando **R\$ 225.088.857** (duzentos e vinte e cinco milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) de créditos de anuidades a receber. Vinte por cento (20%) desse montante, ou seja, **R\$ 45.017.771** (quarenta e cinco milhões, dezessete mil, setecentos e setenta e um reais) serão potencialmente receitas do CAUBR à medida que os CAU/UFs receberem os referidos Créditos a Receber.



25. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR por meio de processo licitatório, não sendo contratados outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

26. EVENTOS SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 2023.

ALCIRAN COELHO DE SOUSA JUNIOR

CRC DF nº 024831/O-1

Contador – CAU/BR

(EM SUBSTITUIÇÃO - PORTARIA GERENCIAL CAU/BR Nº 186, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023)



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
